

ATA NÚMERO 136/XII/2.^a SL

Aos 9 dias do mês de janeiro de 2013, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.º 132 e 135, referentes às reuniões de 19 de dezembro e 3 de janeiro, respetivamente.
2. Fixação da redação final da Proposta de Lei n.º 106/XII/2.^a (GOV) – Autoriza o Governo a aprovar os princípios e regras gerais aplicáveis ao sector público empresarial, incluindo as bases gerais do estatuto das empresas públicas, bem como a alterar os regimes jurídicos do sector empresarial do Estado e das empresas públicas e a complementar o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais.
3. Distribuição da Proposta de Lei n.º 121/XII/2.^a (GOV) – Aprova a lei das finanças das Regiões Autónomas.
Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PS.
4. Distribuição da Proposta de Lei n.º 122/XII/2.^a (GOV) – Estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais.
Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.
5. Deliberação sobre a admissibilidade da Petição n.º 218/XII/2.^a, de iniciativa de António Batista Maurício: Proposta de alteração do cálculo de penhora de salários, pensões e outros rendimentos de trabalho.
Relator(a): Cabe ao Grupo Parlamentar do CDS-PP.
6. Deliberação sobre a admissibilidade da Petição n.º 224/XII/2.^a, de iniciativa da Comissão Organizadora do Congresso Democrático das Alternativas: Apela à rejeição da proposta de Orçamento do Estado para 2013 apresentada pelo Governo.
Relator(a): Cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.

7. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, solicitando a audição do Senhor Ministro de Estado e das Finanças para explicação detalhada das circunstâncias e consequências do processo de recapitalização, com dinheiros públicos, de instituições bancárias em geral e do BANIF em particular.
8. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, solicitando a audição do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, com o objetivo de esclarecer os fundamentos de uma operação que envolve uma participação pública que, numa fase inicial, vai ascender a 99,2% do capital do Banif, bem como o envio à Assembleia da República de todos os documentos relevantes para o acompanhamento e avaliação desta operação.
9. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP, solicitando a audição do Senhor Governador do Banco de Portugal, dos presidentes das comissões executivas do BANIF, BCP, BPI e CGD e do Senhor Ministro de Estado e das Finanças sobre as operações de capitalização de instituições bancárias.
10. Outros assuntos.

1. Apreciação e votação das atas n.º 132 e 135, referentes às reuniões de 19 de dezembro e 3 de janeiro, respetivamente.

As [atas n.º 132 e 135](#), relativas às reuniões de 19 de dezembro e 3 de janeiro, respetivamente, foram aprovadas por unanimidade.

2. Fixação da redação final da Proposta de Lei n.º 106/XII/2.^a (GOV) – Autoriza o Governo a aprovar os princípios e regras gerais aplicáveis ao sector público empresarial, incluindo as bases gerais do estatuto das empresas públicas, bem como a alterar os regimes jurídicos do sector empresarial do Estado e das empresas públicas e a complementar o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais.

Analisada a informação e proposta de decreto, a Comissão deliberou por unanimidade, nos termos estatuídos no artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República e para efeitos de fixação da redação final da [Proposta de Lei n.º 106/XII/2.ª \(GOV\)](#), aceitar as sugestões constantes da Informação n.º 4/DAPLEN/2013, com exceção das referentes ao título do projeto de decreto e ao n.º 2 do artigo 1.º, por se considerar que, efetivamente, o diploma pretende complementar um regime já existente, devendo, portanto, ser reposta a redação originariamente remetida pela Comissão.

3. Distribuição da Proposta de Lei n.º 121/XII/2.ª (GOV) – Aprova a lei das finanças das Regiões Autónomas.

Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PS.

O Grupo Parlamentar do PS indicou o Senhor Deputado Ricardo Rodrigues para autor do parecer da Comissão à [Proposta de Lei n.º 121/XII/2.ª \(GOV\)](#).

4. Distribuição da Proposta de Lei n.º 122/XII/2.ª (GOV) – Estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais.

Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.

O Grupo Parlamentar do PSD indicou o Senhor Deputado Cristóvão Crespo para autor do parecer da Comissão à [Proposta de Lei n.º 122/XII/2.ª \(GOV\)](#).

5. Deliberação sobre a admissibilidade da Petição n.º 218/XII/2.ª, de iniciativa de António Batista Maurício: Proposta de alteração do cálculo de penhora de salários, pensões e outros rendimentos de trabalho.

Relator(a): Cabe ao Grupo Parlamentar do CDS-PP.

O Grupo Parlamentar do CDS-PP indicou o Senhor Deputado João Pinho de Almeida como relator da [Petição n.º 218/XII/2.ª](#).

6. Deliberação sobre a admissibilidade da Petição n.º 224/XII/2.ª, de iniciativa da Comissão Organizadora do Congresso Democrático das Alternativas:

Apelam à rejeição da proposta de Orçamento do Estado para 2013 apresentada pelo Governo.

Relator(a): Cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.

Foi apreciado o teor da [Petição n.º 224/XII/2.ª](#), tendo o Senhor Presidente em exercício recordado as conclusões constantes da Nota de Admissibilidade da petição, quanto ao facto de parte do objeto se encontrar prejudicado e o restante objeto não se enquadrar nas competências da Assembleia da República. Em sede de debate, o Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) recordou o princípio geral adotado pela Comissão de valorização das iniciativas dos cidadãos, considerando, porém, parecer prejudicado o objeto da presente petição, pelo que sugeriu que fossem contactados os peticionários no intuito de averiguar a manutenção do interesse na petição, proposta secundada por todos os Grupos Parlamentares.

- 7. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, solicitando a audição do Senhor Ministro de Estado e das Finanças para explicação detalhada das circunstâncias e consequências do processo de recapitalização, com dinheiros públicos, de instituições bancárias em geral e do BANIF em particular.**
- 8. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, solicitando a audição do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, com o objetivo de esclarecer os fundamentos de uma operação que envolve uma participação pública que, numa fase inicial, vai ascender a 99,2% do capital do Banif, bem como o envio à Assembleia da República de todos os documentos relevantes para o acompanhamento e avaliação desta operação.**
- 9. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP, solicitando a audição do Senhor Governador do Banco de Portugal, dos presidentes das comissões executivas do BANIF, BCP, BPI e CGD e do Senhor Ministro de Estado e das Finanças sobre as operações de capitalização de instituições bancárias.**



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

A Comissão deliberou apreciar, conjuntamente, os três requerimentos (referentes aos pontos 7, 8 e 9 da Ordem do Dia), tendo o seu teor sido debatido – nomeadamente quanto ao processo em geral sobre operações de capitalização de instituições bancárias e o caso do BANIF em particular, após o que foi acordado efetuar uma única votação, referente ao conjunto dos requerimentos, na redação inicial proposta por PSD e CDS-PP, com um inciso extraído do requerimento originário do PS quanto ao envio de informação, pelo Governo, à Assembleia da República. Nestes termos, o requerimento foi votado e aprovado por unanimidade.

A propósito do debate havido quando ao relatório do Governo, distribuído apenas na véspera aos membros da Comissão, o Senhor Presidente em exercício apelou a uma consulta sistemática, pelos Coordenadores dos Grupos Parlamentares, ao expediente da Comissão.

10. Outros assuntos.

O Senhor Presidente em exercício recordou a informação distribuída aos Senhores Deputados quanto ao próximo Conselho ECOFIN, bem como pareceres da UTAO e indicadores do INE e Eurostat.

O Senhor Presidente em exercício deu conta, ainda, dos trabalhos preparatórios de elaboração de um projeto de resolução referente a transmissão do direito de autor e direitos conexos em matéria de IVA.

A reunião foi encerrada pelas 10:45 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 9 de janeiro de 2013

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO,

PAULO BATISTA SANTOS

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira
Carlos Santos Silva
Cristóvão Crespo
Duarte Pacheco
Elsa Cordeiro
Fernando Virgílio Macedo
Isabel Santos
João Galamba
João Pinho de Almeida
José de Matos Rosa
Miguel Frasquilho
Paulo Batista Santos
Pedro Filipe Soares
Pedro Jesus Marques
Vera Rodrigues
Jorge Paulo Oliveira
Nuno Serra
Paulo Sá

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Eduardo Cabrita
Fernando Medina
Honório Novo
Pedro Nuno Santos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Nuno Reis
Sónia Fertuzinhos